

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.617, DE 30/08/2023**

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.135 DE 2014, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE CONTADOR, TESOUREIRO E AGENTE ADMINISTRATIVO DESIGNADO PARA A FUNÇÃO DE PESSOAL, PARA DESEMPENHAREM AS FUNÇÕES AFETAS À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, APONTA RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Sagrada Família - RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo [artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal](#), FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a [ementa e o art. 1º da Lei Municipal nº 1.135/2014](#), passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação referente ao valor equivalente de até um padrão de referência municipal aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Contador, Tesoureiro e Encarregado de Recursos Humanos, em contra partida ao desempenho das atribuições afetas à contabilidade, tesouraria e setor de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores. Parágrafo único. A concessão da gratificação prevista no caput, será procedida por meio de portaria auto explicativa, que poderá conceder a referida gratificação em valores que podem variar de 10 a 100% (dez a cem por cento) do valor do Padrão Referencial do Município a cada servidor; podendo ainda ser concedidos percentuais diferenciados entre um servidor e outro, considerando-se a complexidade e volume de trabalho a ser prestado à câmara de vereadores."

Art. 2º Os demais dispositivos da [Lei Municipal 1.135/2014](#) permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três.*

*Marcos do Nascimento Santos
Prefeito Municipal*

Registre-se e Publique-se

*MAURO GALATTO
Sec.Mun. de Administração*

PROJETO DE LEI Nº 044/23, de 24 de agosto de 2023.